

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



CENÁRIO ECONÔMICO - Neste ano, a queda do número de casos e de óbitos da Covid-19, bem como o fim das medidas de isolamento social e a mobilidade urbana, evitaram uma desaceleração econômica mais acentuada. A recuperação econômica global continua, em meio ao recrudescimento de uma pandemia que apresenta desafios singulares para a política econômica. A disparidade na recuperação prevista dos diversos grupos de economias aumentou, por exemplo, entre as economias avançadas e os países em desenvolvimento de baixa renda. Enquanto isso, a inflação aumentou acentuadamente nos Estados Unidos e em algumas economias de mercados emergentes. Com a flexibilização das restrições, a demanda acelerou, mas a oferta tem reagido de forma mais lenta. Nesse contexto, a economia dos Estados Unidos teve um crescimento de 5,7% (2020: queda de 3,5%), a da China cresceu 8,1% (2020: 2,3%), a Zona do Euro cresceu 5,2% (2020: queda de 6,8%) e a Índia cresceu 5,4% (2020: queda de 8,0%). O resultado de 2021 está ligado principalmente à recuperação dos setores de serviços e indústria, favorecidos pela reabertura da economia com o avanço da vacinação. A alta inflação, dólar valorizado, falta de suprimentos, incertezas fiscais, a crise hídrica e commodities altas evitaram um resultado melhor, segundo especialistas. No mercado Brasileiro, a demanda por serviços teve uma forte elevação e o mercado de trabalho reagiu. A taxa de desemprego caiu de 14,9% da força de trabalho no primeiro trimestre para 12,1% no trimestre encerrado em outubro. O ano de

2021 foi negativo do ponto de vista macroeconômico, com o rompimento do gasto e perda de credibilidade do regime fiscal, porém, do ponto de vista microeconômico, o ano foi positivo, com o retorno dos investimentos privados à economia. A produção industrial fechou 2021 com um crescimento de 4,6% (2020: queda de 4,3%). O dólar fechou 2021 cotado a R\$ 5,58 (2020: R\$ 5,19), potencializado pela pandemia de COVID-19, nos 2 últimos anos, o dólar valorizou 38,9%. O nível de inflação medido pelo IPCA, que fechou o ano em 10,06% (2020: 4,52%) e o aumento da taxa de juros Selic aos 9,25% (2020: 2,0%), sendo o maior patamar desde 2017, dentre outros fatores, tiveram impactos relevantes na economia em 2021. O barril de petróleo teve aumento do preço ao longo do ano e fechou cotado a US\$ 70,4/arril (2020: US\$ 49,8/arril). Essa combinação de fatores, aliada ao crescimento da demanda do mercado, ainda influenciada pela pandemia da Covid-19, interferiram nos preços e nas margens de nossos produtos. **PRODUÇÃO** - A produção de LAB atingiu 210,6 mil toneladas, superior ao ano anterior em 1,7%, enquanto a de LABSA Atingiu 80 mil toneladas, inferior ao ano anterior em 3,6%. Vais volumes permitiram o pleno atendimento do mercado e a manutenção dos níveis adequados dos estoques. Em 2021, também se obtiveram bons resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando à otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica,

gás natural e água). **VENDAS** - Em 2021 a Companhia obteve diminuição em relação ao ano anterior, nos volumes de vendas de LAB e LABSA, expressos em LAB equivalente: no mercado interno 183.997 t (2020: 193.272 t), decréscimo de 7,7% devido à crise econômica e no mercado externo 21.512 t (2020: 18.339 t), acréscimo de 31,7% por maiores vendas spots; totalizando 205.509 t (2020: 215.611 t), decréscimo de 4,7%. **DESEMPENHO** - O faturamento bruto de R\$ 2.733,4 milhões foi maior em 20,4% (2020: R\$ 1.948,7 milhões), em função dos maiores preços de vendas como consequência do aumento dos preços das matérias-primas e do aumento do dólar. O lucro líquido atingiu R\$ 488,9 milhões, superior ao obtido em 2020 (R\$ 210,4 milhões) em 132,4%, principalmente em decorrência do realinhamento de preços com base nos preços internacionais e do aumento do dólar. **GESTÃO CORPORATIVA** - Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade estarão descritos no Balanço Social, publicado em sequência. A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedoros, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias d'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2021.

BALANÇO SOCIAL 2021

com uma parceria com IEL/FIEB. Com a implantação deste Programa, nossos produtos serão transportados nas rodovias com mais Segurança e Qualidade. A Deten entende que este tipo de ação fortalece as alianças com seus fornecedores, sejam de bens ou de serviços, através das melhorias contínuas, para ambos. A avaliação final dos nossos Fornecedoros de Produtos e Prestadores de Serviços foi de 8,74. **SUPPLY CHAIN** - A DETEN manteve em operação, em parceria com a Petróbras Transporte S.A. - Transporto, uma dotação de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, não utilizando o modal rodoviário. Desta forma, temos a transferência em circuito 100% fechado, aumentando os níveis de segurança e com zero impacto ao meio ambiente. Adicionalmente, a DETEN fez uma série de ajustes em suas operações para diminuir a exposição de seus operadores e ainda assim assegurar a demanda por produtos. **DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO - Programa Coleta Seletiva:** Doação do valor arrecadado com a venda de sucatas metálicas e óleos lubrificantes usados, por meio do Cheque Verde. Em 2021 foram distribuídos R\$ 73.391,00 para as entidades: ADESP - Associação de Deficientes de Simões Filho, em Simões Filho; Associação de Amparo aos Idosos Jr, em Dias d'Ávila/BA e Lar Párolas de Cristo, em Salvador/BA. Além desta iniciativa, a DETEN seleciona e envia para reciclagem papel, papelão, plástico, lâmpadas, óleo lubrificante, pilhas e baterias. **Prêmios ao Valor Social** - Promovido pela Fundação Cepsa - em 2021 foram premiadas 4 instituições: Visão Mundial, Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC), Aldeias Infantis SOS, e Junior Achievement. Cada ONG recebeu um prêmio em dinheiro (até 15 mil euros para cada projeto) para investimento no projeto aprovado. **Voluntários Brasil** - Grupo de Voluntários da DETEN, em 2021 promoveu ações como incentivo à doação de sangue nos meses de abril e outubro. Em 2021, os voluntários do Programa de Voluntariado Corporativo - Brasil (VIPAR) deram continuidade, em parte, devido à pandemia do COVID-19, a algumas campanhas com apoio da CIPA e da força de trabalho, como: Campanhas de Doação (material de limpeza, alimentos, óculos e outros donativos). Além desses, a DETEN participa de projetos em parceria com o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), que em função da pandemia do COVID-19 foram realizados de forma virtual. Ver de Dantes, Programa de Incentivo à Educação (PIE), Programa Construindo o Futuro (informações sobre carreiras técnicas para estudantes das comunidades vizinhas) e Conselho Consultivo (reuniões periódicas com representantes das comunidades). Em adicional, em 2021 a DETEN manteve o apoio ao **Polo Cidadania** - COFIC realizado nas comunidades circunvizinhas ao Polo Industrial promovendo ações de bem-estar e saúde. **CERTIFICAÇÕES EM NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS** - Certificação ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018. Em abril de 2021, a DETEN submeteu seu Sistema Integrado de Gestão Avançada - SIGA à Auditoria Externa de Manutenção nas normas de qualidade e meio ambiente e saúde e segurança ocupacional. SPIE (Serviço Proprio de Inspeção de Equipamentos) - A DETEN foi auditada no período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2021 pelo IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com base nos requisitos da NR-13 e da NR-33, emitindo o certificado de conformidade. Para a DETEN, o SPIE representa um diferencial de segurança das plantas industriais, sendo prioridade a sua manutenção. **PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS** - Em 2021 em função da pandemia do Covid-19 o Conselho de Administração do COFIC (Comitê de Fomento Industrial

de Camaçari) decidiu suspender o processo de auditoria do Prêmio Polo. Prevista a retomada no segundo semestre de 2022. Vale ressaltar que a DETEN foi a única empresa auditada em 2020 e obteve a pontuação de 95,6% de conformidade, mantendo-se, assim, como empresa de nível "Excelência". Este resultado demonstra o alinhamento da Empresa com as questões de SSSHMA.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2021	%	2020	%
1- RECEITAS	2.731.253		1.946.573	
1.1 Vendas de produtos	2.731.195		1.946.490	
1.2 Outras Receitas	58		83	
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	1.631.852		1.258.126	
2.1 Custo dos produtos vendidos	1.553.441		1.191.230	
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	79.300		68.880	
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos	(1.952)		(2.179)	
2.4 Outras Contribuições / (Reversão) de Provisão	1.063		196	
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.099.401		688.447	
4- DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	14.374		13.978	
4.1 Depreciação e amortização	14.374		13.978	
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	1.085.027		674.469	
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.236		7.563	
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	-		-	
6.2 Receitas financeiras	19.236		7.563	
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	1.104.263		682.032	
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.104.263	100,0	682.032	100,0
8.1 Pessoal e encargos	55.239	5,0	50.870	7,5
8.2 Impostos, taxas e contribuições	552.246	50,0	406.280	59,9
8.3 Juros e aluguéis (reversão de provisão)	7.920	0,7	12.514	1,8
8.4 Dividendos	488.858	44,3	210.387	30,8

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	215.187	202.262
Contas a receber de clientes	5	230.199	132.312
Estoques	6	283.772	165.535
Tributos a recuperar	7	15.093	10.430
Outros ativos		1.762	1.806
Total do ativo circulante		745.953	508.940
Ativo não circulante			
Banco contas vinculadas		1.758	1.679
Estoques	6	12.698	12.606
Tributos a recuperar	7	2.951	2.006
Depósitos judiciais	15	61.582	61.244
Imposto de renda diferido	14.b	430	5.412
Investimentos	8	4.430	-
Imobilizado	9	316.383	303.495
Intangível	10	66.009	67.100
Total do ativo não circulante		462.135	453.972
Total do ativo		1.208.088	962.912

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores	11	109.228	68.756
Empréstimos e financiamentos	12	38.377	31.231
Bonificações e comissões a pagar		13.830	44.454
Obrigações tributárias		23.180	23.063
Obrigações trabalhistas		12.777	12.647
Partes relacionadas	13	-	64.959
Dividendos a pagar	16.d	180.000	129.949
Outros passivos		18.194	13.721
Total do passivo circulante		395.566	358.780
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	15.784	32.284
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis	15	1.492	1.992
Total do passivo não circulante		17.276	34.276
Patrimônio líquido	16		
Capital social		213.056	213.056
Ajuste da avaliação patrimonial		(5.740)	(25.557)
Reservas de lucros		376.159	279.072
Dividendos adicionais propostos		211.771	103.285
Total do patrimônio líquido		795.246	569.856
Total do passivo e patrimônio líquido		1.208.088	962.912

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	1.922.696	1.338.027
Custo dos produtos vendidos	18	(1.305.511)	(1.018.022)
Lucro bruto operacional		617.185	320.005
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	19	(72.700)	(60.965)
Despesas gerais e administrativas	20	(22.437)	(22.069)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(9.085)	(7.416)
Total		(104.222)	(90.450)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		512.963	229.555
Receitas financeiras	22	19.236	7.563
Despesas financeiras	22	(8.826)	(12.846)
Resultado financeiro		10.410	(5.283)
Lucro antes do imposto de renda		523.373	224.272
Imposto de renda			
Corrente	14.a	(36.033)	(15.046)
Diferido	14.b	1.518	1.161
Total		(34.515)	(13.885)
Lucro líquido do exercício		488.858	210.387
Quantidade de ações (em milhares)		99.327.769	99.327.769
Lucro por ação atribuído aos acionistas - em R\$		4,92	2,12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital igualitária	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Incentivo fiscal	Reserva especial		
Em 1º de janeiro de 2020		213.056	-	42.610	27.124	188.264	45.227	499.776
Variação do item qualificado como hedge de fluxo de caixa e provisão para perda com créditos		-	(9.052)	-	-	-	-	(9.052)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	210.387	210.387
Destinação do lucro:								
Reservas de lucros		-	-	-	40.847	45.227	(45.227)	(145.438)
Dividendos retidos de anos anteriores	16.d	-	-	-	-	(65.000)	-	(65.000)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(64.949)	(64.949)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	103.285	103.285
Em 31 de dezembro de 2020		213.056	(25.557)	42.610	67.971	168.491	103.285	569.856
Variação do item qualificado como hedge de fluxo de caixa e provisão para perda com créditos		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	488.858	488.858
Destinação do lucro:								
Reservas de lucros		-	-	-	97.087	-	-	(97.087)
Dividendos Pagos		-	-	-	-	-	(103.285)	(103.285)
Dividendos intermediários	16.d	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	211.771	(211.771)
Em 31 de dezembro de 2021		213.056	(5.740)	42.610	165.058	168.491	211.771	795.246

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

1 Informações gerais
A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controlador a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total). O outro acionista que detém ações ordinárias com direito a voto, minoritário, é a PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. (Z.7788 do capital total). A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades. A Companhia é inscrita na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como uma empresa incentivada em função do incentivo fiscal FINOR. As demonstrações contábeis anuais foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 04 de março de 2022. **Impactos da COVID-19** - Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamada COVID-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muitos governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralisação ou desaceleração de diversos setores produtivos. No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo estado de calamidade pública, com o objetivo de elevar os gastos públicos para a economia e combater a proliferação da doença, além de proteger a saúde da população, os empregos e a segurança do país. Foi avaliado que não houve impactos sobre sua geração de caixa no exercício de 2021 e para 2022 não é esperado impacto decorrente da pandemia.

contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos que não estão sujeitos a amortizações são revisados pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados em unidades de caixa e não em unidades de lucro. Os ativos são avaliados separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Não houve mudanças ou eventos que indicassem a necessidade de ajustes no ano de 2021. **j) Intangível** - As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para a manutenção de *software* e *software* que ele esteja pronto para ser utilizado. Os custos associados à aquisição de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo; • O *software* pode ser usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*; • O gasto atribuído ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas anuais apresentada na Nota Explicativa nº 10. **k) Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. E são inicialmente reconhecidas pelo valor justamente mensurado, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **l) Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. No passivo não circulante constam parcelas dos empréstimos do Banco do Brasil e Banco Itaú. **m) Provisões para contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente e mensurável (constructiva ou legal) no balanço de país em que a Companhia atua e gera lucro tributável; (ii) a administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Nota Explicativa nº 14). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o encargo de imposto de renda é calculado com base em leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço de país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Nota Explicativa nº 15). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o encargo de imposto de renda é calculado com base em leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço de país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Nota Explicativa nº 15). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. 3.3. **Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis** - A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que considerada provável e o valor financeiro a ser pago pode ser mensurado com razoável certeza. A contração da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. 3.4. **Benefícios pós-emprego** - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

Notas explicativas da administração das demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (I) à sua necessidade de capital de giro; (II) aos investimentos em planos de negócios; (III) para pagamentos de dividendos; e (IV) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

	2021	2020
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	1.643	1.707
Títulos e valores mobiliários - CDB pós-fixada	213.542	200.553
Total	215.187	202.262

Em 31 de dezembro de 2021, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 98,87% (98,18% em 2020) do Instituto de Depósito Interbancário (CDI), em contrapartida ao resgate no prazo de 90 dias da aplicação e foram contabilizados em condições normais com instituições financeiras, sendo que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado.

5 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Clientes no exterior	195.408	128.594
Clientes no país	38.256	5.454
Clientes partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	-	443
Total	233.664	134.491
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.465)	(2.178)
Total	230.199	132.313
A vencer	231.610	130.921
Vencidos	-	-
Até 30 dias	63	611
De 30 a 60 dias	89	-
De 61 a 90 dias	1.469	-
Acima de 90 dias	-	2.526
Acima de 300 dias	433	433
Total	233.664	134.491

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	(2.178)	(2.559)
Movimento	1.287	381
Saldo final	(3.465)	(2.178)

6 Estoques
Produtos acabados
Produtos em processo
Matérias-primas
Almoxarifado (a)
Importações em andamento (b)
Adiantamento a fornecedores
Materiais secundários
Total
Circulante
Não circulante

	2021	2020
Produtos acabados	117.282	52.351
Produtos em processo	2.104	2.958
Matérias-primas	86.491	34.738
Almoxarifado (a)	28.135	22.644
Importações em andamento (b)	47.733	45.228
Adiantamento a fornecedores	1.866	3.538
Materiais secundários	11.859	16.684
Total	296.470	176.511
Circulante	283.772	168.134
Não circulante	12.698	12.606

(a) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por peças de reposições para a unidade fabril, materiais de escritório, entre outros os materiais de proteção e segurança (EPIs). As peças de reposição mantidas no almoxarifado cuja expectativa de consumo superior a um (ano) estão classificadas no ativo não circulante. Existem poucos itens identificados como sem utilidade para a Companhia, para os quais foi constituída provisão para perda no valor de R\$498 (R\$498 em 2020). (b) Refere-se à importação, no âmbito de matéria prima e peças de reposição. O custo dos estoques reconhecido no balanço e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$1.305.511 (R\$1.018.022 em 2020) conforme Nota Explicativa nº 18.

7 Tributos a recuperar
ICMS
Cofins
PIS
IPI
Imposto de renda
IRRF sobre aplicações financeiras
Outros
Total
Circulante
Não circulante

	2021	2020
ICMS	11.259	4.866
Cofins	2.973	1.685
PIS	527	364
IPI	2.045	1.661
Imposto de renda	405	25
IRRF sobre aplicações financeiras	689	309
Outros	63	63
Total	17.984	9.371
Circulante	15.033	7.025
Não circulante	2.951	2.006

Saldos de impostos (ICMS, COFINS, PIS, IPI) sobre as compras que serão compensados nas apurações normais do mês subsequentemente.

8 Investimentos
Outros investimentos avaliados ao custo
Total

	2021	2020
Outros investimentos avaliados ao custo	430	430
Total	430	430

9 Imobilizado
Terrenos
Edificações e benfeitorias
Equipamentos e instalações
Veículos
Móveis e utensílios
Outros
Total
Obras em andamento

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.824	18.315
Aquisições	-	240.349
Transferências por conclusão de projetos	-	1.395
Depreciação	(382)	(11.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.824	246.889
Custo total	1.824	511.342
Depreciação acumulada	(9.704)	(264.453)
Valor residual	1.824	246.889
Aquisições	-	-
Transferências por conclusão de projetos	-	-
Depreciação	(399)	(11.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.824	235.156
Custo total	1.824	511.342
Depreciação acumulada	(10.103)	(276.186)
Total	1.824	235.156
Taxas anuais de depreciação - %	2	3,5

As obras em andamento correspondem, principalmente a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, cujos prazos de encerramento estão previstos para 31 de dezembro de 2022.

10 Intangível
Licenças de software (a)
Marcas e patentes
Licença de tecnologia (b)
Total

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.765	81
Aquisições	6.155	-
Transferência	96	-
Amortização	(2.054)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.962	81
Custo total	14.962	81
Depreciação acumulada	(18.307)	-
Total	13.871	81
Taxas anuais de amortização - %	20	-

(a) As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. (b) O saldo classificado como licença para uso de tecnologia refere-se a uma vez incorrido com a aquisição de tecnologia industrial para aplicação da capacidade de produção de LAB. Uma vez que (I) o contrato de aquisição da licença com terceiros não estabelece prazo para uso da tecnologia; (II) essa tecnologia irá gerar benefícios econômicos futuros por um prazo de tempo indeterminado; e (III) a tecnologia não possui vida útil definida, o ativo intangível reconhecido não está sendo amortizado. A vida útil desse ativo é revisada pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias apresentadas confirmam a avaliação de vida útil indefinida para o ativo.

11 Fornecedores
Fornecedores no país
Fornecedores no exterior
Fornecedores partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)
Total

	2021	2020
Fornecedores no país	26.521	27.155
Fornecedores no exterior	480	243
Fornecedores partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	80.227	41.358
Total	107.228	68.756

12 Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Passivo circulante
Encargos financeiros
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio (I)
Banco Itaú (III)
Moeda nacional
Banco do Brasil (II)
Total

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.765	81
Aquisições	6.155	-
Transferência	96	-
Amortização	(2.054)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.962	81
Custo total	14.962	81
Depreciação acumulada	(18.307)	-
Total	13.871	81
Taxas anuais de amortização - %	20	-

(I) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia; (II) Em setembro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$15.808. As prestações decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. (III) Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R\$42.000, equivalente a USD 11,290, com a finalidade de substituir o financiamento do Banco do Nordeste, devido a menor taxa de juros. a) Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. Com a liberação do empréstimo a hipoteca já foi baixada em 2021. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A. b) Cláusulas restritivas financeiras - Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. c) Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram capitalizações. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.765	81
Aquisições	6.155	-
Transferência	96	-
Amortização	(2.054)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.962	81
Custo total	14.962	81
Depreciação acumulada	(18.307)	-
Total	13.871	81
Taxas anuais de amortização - %	20	-

(I) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia; (II) Em setembro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$15.808. As prestações decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. (III) Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R\$42.000, equivalente a USD 11,290, com a finalidade de substituir o financiamento do Banco do Nordeste, devido a menor taxa de juros. a) Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. Com a liberação do empréstimo a hipoteca já foi baixada em 2021. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A. b) Cláusulas restritivas financeiras - Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. c) Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram capitalizações. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.765	81
Aquisições	6.155	-
Transferência	96	-
Amortização	(2.054)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.962	81
Custo total	14.962	81
Depreciação acumulada	(18.307)	-
Total	13.871	81
Taxas anuais de amortização - %	20	-

(I) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia; (II) Em setembro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$15.808. As prestações decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. (III) Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R\$42.000, equivalente a USD 11,290, com a finalidade de substituir o financiamento do Banco do Nordeste, devido a menor taxa de juros. a) Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. Com a liberação do empréstimo a hipoteca já foi baixada em 2021. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A. b) Cláusulas restritivas financeiras - Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. c) Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram capitalizações. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.765	81
Aquisições	6.155	-
Transferência	96	-
Amortização	(2.054)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.962	81
Custo total	14.962	81
Depreciação acumulada	(18.307)	-
Total	13.871	81
Taxas anuais de amortização - %	20	-

(I) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia; (II) Em setembro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$15.808. As prestações decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. (III) Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R\$42.000, equivalente a USD 11,290, com a finalidade de substituir o financiamento do Banco do Nordeste, devido a menor taxa de juros. a) Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. Com a liberação do empréstimo a hipoteca já foi baixada em 2021. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A. b) Cláusulas restritivas financeiras - Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. c) Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram capitalizações. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.765	81
Aquisições	6.155	-
Transferência	96	-
Amortização	(2.054)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.962	81
Custo total	14.962	81
Depreciação acumulada	(18.307)	-
Total	13.871	81
Taxas anuais de amortização - %	20	-

(I) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia; (II) Em setembro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$15.808. As prestações decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. (III) Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R\$42.000, equivalente a USD 11,290, com a finalidade de substituir o financiamento do Banco do Nordeste, devido a menor taxa de juros. a) Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. Com a liberação do empréstimo a hipoteca já foi baixada em 2021. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A. b) Cláusulas restritivas financeiras - Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. c) Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram capitalizações. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.765	81
Aquisições	6.155	-
Transferência	96	-
Amortização	(2.054)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.962	81
Custo total	14.962	81
Depreciação acumulada	(18.307)	-
Total	13.871	81
Taxas anuais de amortização - %	20	-

(I) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia; (II) Em setembro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$15.808. As prestações decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. (III) Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R\$42.000, equivalente a USD 11,290, com a finalidade de substituir o financiamento do Banco do Nordeste, devido a menor taxa de juros. a) Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. Com a liberação do empréstimo a hipoteca já foi baixada em 2021. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A. b) Cláusulas restritivas financeiras - Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. c) Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram capitalizações. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.765	81
Aquisições	6.155	-
Transferência	96	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros - Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento e deterioração de 25% (cenário II) e aumento e deterioração de 50% (cenário III) da variável do risco considerado.

Risco taxa de juros

Instrumento/operação	Efeito			
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	
Aplicação financeira	9,25%	19.753	24.691/14.814	29.629/9.876
Efeito total líquido		19.753	24.691/14.814	29.629/9.876

Risco cambial

Instrumento/operação	Efeito			
	Dólar provável	Cenário II	Cenário III	
Clientes/Add a fornecedores no exterior	5,63	(204)	9.309/(9.717)	18.822/(19.230)
Empréstimos e financiamentos - ACC	5,63	183	(8.352)/8.717	(16.886)/17.252
Efeito total líquido		(21)	958/(1.000)	1.936/(1.978)

25.2. Instrumentos financeiros por categoria

Instrumentos financeiros	Custo amortizado	
	2021	2020
Ativos:		
Contas a receber de clientes	230.199	132.312
Caixas e equivalentes de caixa	215.187	202.262
Bancos conta vinculada	1.758	1.679
Depósitos judiciais	61.582	61.244
Total	508.726	397.497

Instrumentos financeiros

	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
	2021	2020
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	54.161	63.515
Fornecedores e outras obrigações	47.194	41.118
Fornecedores partes relacionadas	80.228	41.359
Partes relacionadas	-	64.959
Total	181.583	210.951

25.3. Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	54.161	63.516
Partes relacionadas	-	64.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(215.187)	(202.262)
Dívida líquida	(161.026)	(73.787)
Patrimônio líquido	795.246	569.856
Total do capital	634.220	496.069
Índice de alavancagem financeira - %	-25,39	-14,87

25.4. Hedge accounting - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía *hedge* de fluxo de caixa para a proteção da variação do risco de taxa de câmbio de empréstimos. A Companhia, correlacionará a variação do seu objeto de *hedge* para proteger a exposição ao Dólar decorrente dos empréstimos e recebíveis em moeda

estrangeira. O impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólares derivados destas exportações altamente prováveis será compensado com a variação cambial dos passivos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado com essa variável do câmbio. O instrumento de *hedge* em 31 de dezembro de 2021, corresponde a R\$19.762, e a parcela efetiva da variação cambial de empréstimo designado e qualificado como *hedge* de fluxo de caixa, reconhecida no patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", corresponde a R\$5.740.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paloma Alonso Casillas - Presidente
Victor German Bermejo Becerra
José María Cuadro Sáez
Salvador García Claros
Eric Marcos Futino
Roberto Ken Nagao

DIRETORIA

Jorge Francisco Velasco Lopez
Diretor Geral
Mariana Tais Oliveira Silva
Diretora de Administração e Gestão

CONTROLLER

Silvio Roberto Romão da Silva - CRC-BA nº 19.522/O-8 - TC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da **Deten Química S.A.** Camaçari - BA
Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Deten Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria - Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria no exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. **Ausência de recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido** - A Companhia não efetua o recolhimento dos valores referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), uma vez que considera ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da referida contribuição. Contudo, a Secretária da Receita Federal (SRF) argumenta que a sentença transitada em julgado não resguarda a Companhia. Neste contexto, a Companhia recebeu autuações referentes aos exercícios fiscais de 1997 a 2018, pelo não recolhimento da CSLL, que montam em R\$273.944 mil atualizados em 31 de dezembro de 2021. A Companhia vem realizando depósitos judiciais no âmbito dos referidos processos os quais totalizavam R\$48.460 mil em 31 de dezembro de 2021. Com base no posicionamento dos advogados externos, os quais classificaram a probabilidade de perda como remota, a Companhia não mantém registro de provisão passiva referente a estes autos de infração, realizando apenas a divulgação deste assunto na Nota Explicativa 15.b. Dados os fatos e circunstâncias acima descritos, consideramos que este assunto é uma área de foco em nossa auditoria, tendo em vista a subjetividade do tema, e relevância dos valores envolvidos, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, os valores registrados em depósito judicial e a possível contingência não contabilizada representam, respectivamente, 4% e 23% dos ativos totais da Companhia. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos de

auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção da documentação suporte original relacionada a sentença judicial transitada em julgado; (ii) obtenção dos relatórios dos assessores jurídicos externos da Companhia, contendo o posicionamento com relação a probabilidade de perda do processo judicial em curso; (iii) envolvimento dos nossos especialistas tributários para nos auxiliar na análise do processo em andamento; (iv) validação da existência e atualização dos depósitos judiciais relacionados ao assunto; e (v) avaliação das divulgações sobre o assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo relacionado à ausência de contribuição social sobre o lucro líquido, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que o procedimento adotado pela administração, assim como as respectivas divulgações na (Nota Explicativa nº 15 b), são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos e-m nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 04 de março de 2022

João Henrique Schenk
CRC 1SP-202.127/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

